

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço coloca limite de 70% para despesas 3

VALOR ONLINE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rodrigo Pacheco prorroga por 60 dias vigência de 15 MPs 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS quer brechar "revisão da vida toda" 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Semicondutor e placa solar ganham benefício 8

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Órgão que julga recursos de aposentadorias levará 16 anos para zerar fila, estima TCU
(Previdência) 9

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Novos serviços e filas menores: o que pode mudar com a concessão do Aeroporto de
Congonhas 11

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo publica resolução que estabelece taxa de juros de 1,97% para empréstimos
consignados do INSS 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Ataques a jornalistas no Brasil sobem 23%, aponta levantamento 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reunião do Comsefaz, em Brasília, tratará de reforma tributária - CAPITAL S/A 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Manoel Pires defende aumentar receita após reforma tributária 19

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Fazenda, setor financeiro deveria ter tratamento diferenciado na reforma 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MPs entram na negociação 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nova regra fiscal limitará crescimento das despesas a 70% da alta da receita 23

Quinta-Feira, 30 de Março de 2023

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados definem ICMS de R\$ 1,45 por litro, e gasolina deve subir 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil e China avançam em acordo para comércio sem o uso do dólar 28

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO DA RBS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e cidadania 30

O ESTADO DE S. PAULO - BLUE ESTUDIO
ECONOMIA

Juros e inflação altos preocupam no Brasil e no mundo 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

À espera da regra, Bolsa sobe e dólar fecha a R\$ 5,13 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

O grande ajuste de Haddad e Lula - MÍRIAM LEITÃO 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

É urgente reestruturar a dívida dos países emergentes 35

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Argentina volta a viver o drama da escassez de dólares 37

Arcabouço coloca limite de 70% para despesas



Haddad: ministro da Fazenda ouviu deputados ontem, irá se reunir hoje com senadores e apresentar resultado das conversas a Lula para aprovação final

Lu Aiko Otta, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O novo arcabouço fiscal vai estabelecer que as despesas estarão limitadas a 70% das receitas, revelou fonte do governo a Valor. Essa regra de gastos virá combinada com metas de resultado primário das contas públicas, que deverão ser fixadas em zero para 2024, 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2025 e 1% do **PIB** para 2026.

Haverá mecanismos de ajuste caso os objetivos não sejam alcançados, informou. Esse era um ponto de atenção dos especialistas em contas públicas.

A nova regra recebeu ontem o sinal verde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), informou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Ele disse que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi orientado a apresentar o conteúdo a deputados e senadores. O ministro ficou de discutir as regras com os parlamentares até a manhã de quinta-feira e depois apresentá-las à imprensa. O conteúdo das conversas com os políticos será levado a Lula e a proposta deve ser formalizada ao Congresso, na forma de um projeto de lei complementar, até a sexta-feira de Páscoa.

Ontem mesmo Haddad reuniu-se com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e líderes da base aliada ao governo - no encontro, no entanto, foram apresentados tópicos apenas.

Segundo o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), que esteve no encontro com Lira e Haddad, a regra fiscal apresentada pelo ministro da Fazenda estabelece que as despesas do governo só poderão aumentar em valor equivalente a 70% do crescimento

das receitas, mas esse percentual será reduzido como punição, caso o governo não cumpra a meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Se a meta for descumprida, o governo só poderá aumentar suas despesas em 50% da receita no ano seguinte. Se descumprir de novo, cairia para 30% no ano posterior. De acordo com Benevides, não haveria punições adicionais ao governo se a meta não for cumprida. Benevides disse ainda que a nova regra fiscal será permanente.

Como se trata de uma lei complementar, sem capacidade de mudar a Constituição, os gastos com saúde e educação são vinculados a receita corrente líquida e terão crescimento de 100% do incremento da arrecadação. "Por isso, as demais despesas terão que crescer menos de 70% para compensar", explicou.

Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) afirmou que viu pontos positivos, como estabelecer regra para o crescimento das despesas, e outros preocupantes. "Não ficou claro como será o tratamento das receitas extraordinárias. O acordo do **Carf**, por exemplo, é uma receita que só entra uma vez e depois não se repete. Vai servir como ancoragem da despesa?", questionou. Ele também opinou que o governo deveria propor uma meta de endividamento.

Para Padilha, a regra "aliará responsabilidade fiscal com responsabilidade social" e terá metas de controle de despesas e de superávit e regras anticíclicas, para momentos de crise econômica, destacou. O ministro acrescentou ainda que a expectativa é de aprovação do projeto de lei pelo Congresso "o mais rápido possível", porque as novas regras têm impacto no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 e também nas decisões de investimentos e da taxa de juros do país. Ele lembrou que Lira já falou em votar o projeto em duas semanas, dada a importância do tema.

O relator do projeto na Câmara, segundo Padilha, será discutido também na reunião de Haddad com os deputados. O governo pede que seja um relator que "tenha capacidade de diálogo com todos, qualidade para fazer esse debate e compromisso com responsabilidade social e fiscal". A decisão sobre quem será escolhido é do presidente da Câmara. "A partir de agora, o debate é no Congresso e na

sociedade", disse Padilha.

A Emenda Constitucional 126, que tramitou como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, estabelece que o teto de gastos será substituído por uma nova regra para as contas públicas, a ser proposta ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto. Haddad decidiu encurtar o cronograma por causa do projeto da LDO e também pela expectativa do governo que a nova regra abra caminho para a queda da taxa de juros.

A ideia era apresentar a proposta já na semana passada, mas Lula pediu que fossem refeitos alguns cálculos para as áreas de saúde e educação. Atualmente, os gastos mínimos previstos na Constituição para essas duas áreas estão suspensos por causa da regra do teto de gastos. Como, porém, o teto será revogado, as vinculações constitucionais voltarão a valer.

Em fevereiro, o Valor publicou entrevista em que o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, informou que o arcabouço traria despesas crescendo a um ritmo menor do que o das receitas. Ele comentou que essa situação teria de ser mantida por algum tempo, para reduzir a trajetória da dívida pública.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1§ion=1)**

Rodrigo Pacheco prorroga por 60 dias vigência de 15 MPs

Por Edna Simão e Juliano Basile, Valor - Brasília

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, prorrogou, por mais 60 dias, a vigência de 15 medidas provisórias. Os atos de Pacheco foram publicados nesta quinta-feira (30) em edição do Diário Oficial da União (DOU) e acontecem em meio a impasse entre Câmara e Senado sobre o rito da tramitação das medidas provisórias.

Foram prorrogadas a vigência das seguintes MPs:

Medida Provisória nº 1.146, de 16 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, quanto ao fator de conversão da retribuição básica".

Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), e reduz a zero por cento as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros.

Medida Provisória nº 1.148, de 21 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

Medida Provisória nº 1.149, de 21 de dezembro de 2022, que "dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos das indenizações previstas no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com vistas a assegurar a sua continuidade, e altera a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

Medida Provisória nº 1.150, de 23 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Medida Provisória nº 1.151, de 26 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de

agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.

Medida Provisória nº 1.152, de 28 de dezembro de 2022, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para dispor sobre as regras de preços de transferência.

Medida Provisória nº 1.153, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a prorrogação da exigência do exame toxicológico periódico, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, quanto ao seguro de cargas, e altera a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, quanto às cessões de Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Infraestrutura Sênior.

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que "estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023, que institui o Adicional Complementar do Programa Auxílio Brasil e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

Medida Provisória nº 1.156, de 1º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a extinção da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, instituída por autorização da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e a absorção de suas competências, patrimônio e pessoal pela administração pública federal direta.

Medida Provisória nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023, que reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.

Medida Provisória nº 1.158, de 12 de janeiro de 2023, ,

que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, para dispor sobre o Conselho Monetário Nacional e sobre a vinculação administrativa do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ao Ministério da Fazenda.

Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023, que altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da incidência e da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins)

Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a proclamação do resultado do julgamento, na hipótese de empate na votação no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**, e sobre a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** do Ministério da Fazenda e altera a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para dispor sobre o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/03/30/rodrig-o-pacheco-prorroga-por-60-dias-vigencia-de-15-mps.ghtml>

INSS quer brekar "revisão da vida toda"

APOSENTADORIA

Órgão pede que STF suspenda processos pois não conseguirá cumprir cronograma

Semicondutor e placa solar ganham benefício

Estevão Taiar De Brasília

O governo federal zerou até o fim de 2026 a alíquota de três **impostos** sobre uma série de produtos usados na produção de semicondutores e placas de energia solar.

A medida, publicada ontem no "Diário Oficial da União", faz parte do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o corte atinge "máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, insumos e softwares adquiridos para a produção de componentes ou dispositivos eletrônicos semicondutores" e placas de energia solar.

Ao todo, foram zerados três **impostos**: Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins), incluindo sobre importação; Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Importação (II).

Também foi zerada a alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) "destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade- Empresa para o Apoio à Inovação".

Além disso, as empresas habilitadas a participar do Padis que investirem em pesquisa, desenvolvimento e inovação pelo menos 5% do faturamento bruto que possuem no Brasil "farão jus a um crédito financeiro que poderá ser utilizado em quaisquer **tributos** ou contribuições administradas pela Secretaria Especial da **Receita Federal**".

Ao todo, os incentivos somam aproximadamente R\$ 600 milhões neste ano.

Em sua conta no Twitter, o vice- presidente e titular do MDIC, Geraldo Alckmin, afirmou que a nova etapa do Padis tem o objetivo de apoiar "quem investe em pesquisas direcionadas a esse segmento industrial relevante para gerarmos empregos de qualidade e reduzirmos nossa dependência externa de chips".

Já o MDIC disse em nota que a inclusão das placas solares no programa "está em sintonia com os

esforços do governo para descarbonizar a economia e estimular a produção de energias renováveis, o que contribui para cumprir as metas dos acordos climáticos internacionais".

"Como a demanda por painéis solares cresce rapidamente, o novo Padis estimulará investimentos em infraestrutura verde e em novas plantas em várias regiões do país", disse a pasta.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187506?page=1§ion=1>

Órgão que julga recursos de aposentadorias levará 16 anos para zerar fila, estima TCU (Previdência)

Cristiane Gercina

Auditoria realizada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) nos recursos apresentados por segurados contra decisões do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) apontou falhas no julgamento dos processos no CRPS (Conselho de Recursos da **Previdência Social**).

Dentre os problemas encontrados estão baixa capacidade operacional para julgar os recursos, falta de uniformização dos entendimentos que deveriam ser aplicados em ações sob o mesmo tema, ineficiência nos casos que tratam de perícia médica, falta de clareza para comunicar os motivos das negativas e baixo número de processos analisados por servidores que não recebem bônus.

A auditoria foi feita em processos de 2021, por meio de amostras que representam um universo de 361,4 mil ações. Segundo o TCU, para julgar os 247,7 mil acórdãos pendentes na época, seriam necessários 16 anos, já que o ritmo de rotatividade fila é alto. Enquanto se julgavam, em média, 34,1 mil recursos mensais, entravam 48,8 mil novos a cada mês.

Além disso, o prazo de finalização dos processos -da distribuição ao cumprimento da sentença- é quatro vezes maior do que a espera prevista em lei. No CRPS, a ação chegava ao final após 1.029 dias, o que dá dois anos e oito meses. O prazo deveria ser de 280 dias, ou seja, menos de um ano.

O relatório aponta ainda que a automatização dos sistemas do **INSS** com o uso de robôs na análise inicial de pedidos de benefícios têm contribuído para o alto número de recursos no CRPS e excessiva judicialização de casos contra o **INSS**.

No relatório, o ministro relator Aroldo Cedraz defende a utilização da inteligência artificial, mas pondera que é preciso adequar os algoritmos para que não haja negativas excessivas. Segundo o documento, o **INSS** implantou algoritmos cuja resposta-padrão passou a ser negativa em 60% dos casos, sem explicações aos segurados sobre os motivos.

"É essencial que algoritmos sejam validados de forma criteriosa, com seus resultados sendo submetidos à revisão humana pelo período necessário para se obter segurança de que não existem falhas detectáveis que possam trazer prejuízo a qualquer das partes", afirma Cedraz.

"Essas fragilidades evidenciam a falta de foco no cidadão como destinatário da política pública previdenciária, uma vez que ficam à mercê de questões burocráticas, financeiras ou corporativistas que afetam a qualidade e a produtividade dos servidores, desestimulando o reconhecimento de direitos legítimos", diz parte do relatório.

A advogada Priscila Arraes Reino, do escritório Arraes E Centeno, afirma que os robôs têm tirado os brasileiros da fila de pedidos iniciais para colocá-los em outra fila, a de recursos. Segundo ela, enquanto a fila de requerimentos de benefícios caiu 25%, a de recursos e revisões aumentou 32%.

"O índice de benefícios negados é muito grande e não há clareza sobre a razão que levou ao indeferimento. O cidadão sequer sabe por onde começar a resolver, porque ele não entende qual é o problema que ele teve", afirma, lembrando que, sem saber por onde começar, o cidadão recorre da decisão negativa.

No relatório, o TCU traz recomendações que devem ser seguidas pela Previdência e o **INSS**. Dentre elas está o aumento do nível de automatização no CRPS, com foco na análise de documentos e na unificação de decisões, jurisprudências e portarias que auxiliem nos julgamentos.

Procurado, o Ministério da Previdência não respondeu até a publicação deste texto. A AGU (Advocacia-Geral da União), que defende o **INSS** em ações na Justiça, afirmou que não atuou no caso do TCU até o momento, mas afirma que tem desenvolvido ações para diminuir a judicialização.

Uma delas foi não recorrer em 1,9 milhão de processos na Justiça entre junho de 2020 e fevereiro de 2023. Em geral, a AGU costuma agir assim em casos nos quais não há chance de vitória, o que traz

economia para os cofres públicos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/orgao-que-julga-recursos-de-aposentadorias-levara-16-anos-para-zerar-fila-estima-tcu.shtml>

Novos serviços e filas menores: o que pode mudar com a concessão do Aeroporto de Congonhas

Por André Catto, g1

Com a assinatura da Infraero, o processo de concessão do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, avança agora para as etapas de implementação e de transferência da operação para o grupo Aena Desarrollo Internacional.

A empresa pública brasileira, responsável pela administração do aeroporto, foi a última a assinar a entrega da gestão para a empresa espanhola, nova responsável pelo terminal. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Aena já haviam encaminhado suas partes.

Essa etapa deu sequência ao leilão realizado em agosto de 2022, quando o governo federal concedeu 15 aeroportos - entre eles, o de Congonhas, o segundo mais movimentado do país e um dos últimos grandes terminais ainda não administrados por operadores privados.

No leilão, o grupo Aena foi o único interessado no aeroporto da zona Sul de São Paulo. Além do novo arremate, o grupo já opera no Nordeste do Brasil, em capitais como Maceió (AL) e Recife (PE), e administra o Aeroporto Internacional de Madri.

A oferta foi de R\$ 2,45 bilhões, mais que o triplo (231%) do lance mínimo. Além de Congonhas, a empresa vai administrar aeroportos no Mato Grosso do Sul, no Pará e em Minas Gerais. A concessão é de 30 anos, e o grupo espanhol terá que investir para melhorar a qualidade das operações.

Após a assinatura, um dos processos é a passagem de bastão para que a nova empresa comece a operar integralmente. Ainda não existe uma data definida para essa nova etapa, mas algum anúncio nesse sentido pode ser feito em até 30 dias após da conclusão das assinaturas, segundo especialistas ouvidos pelo g1.

Em nota, o grupo espanhol afirmou que deve assumir a administração de Congonhas no terceiro trimestre de 2023.

Na prática, o que muda com a privatização?

A concessão dos aeroportos operados pelo Aena prevê investimentos de R\$ 7,3 bilhões ao longo de três décadas. No caso de Congonhas, os principais desafios estão na modernização e na expansão do espaço.

No curto prazo, no entanto, não deve haver grandes mudanças. Segundo o especialista em Direito Aeronáutico Felipe Bonsenso, as primeiras ações devem ser mais visuais, com a consolidação da marca e da identidade do concessionário nas áreas comuns do aeroporto.

Devem ser feitas, ainda, reformas relacionadas ao conforto dos passageiros: melhorias nos balcões, no saguão, nas filas de embarque e na infraestrutura dos ônibus de transporte até as aeronaves.

"A oferta de serviços no aeroporto, como o de alimentação e a instalação de comércios, também deve entrar nessa primeira etapa. Hoje Congonhas tem muitas áreas ociosas, que estão abandonadas. Então, o concessionário deve voltar a explorar essas áreas", explica.

LEIA TAMBÉM:

Bancos retomam consignado do **INSS** após Conselho da Previdência subir teto de juros a 1,97% Juro médio cobrado por bancos aumenta em fevereiro e chega a 44,2% ao ano, diz BCPreços de aluguel disparam depois de negociações generosas durante a pandemia; entenda

No médio ou longo prazo - entre três e cinco anos - a previsão, segundo o especialista, é de construção de um terminal novo ou uma reforma substancial do terminal já existente.

Reflexos no bolso

Bonsenso explica que há margem para maior economia nas operações e, conseqüentemente, mudanças nos preços das passagens. Isso depende, no entanto, da dinâmica da precificação, que é muito

complexa.

"Se o aeroporto se tornar mais eficiente na utilização da infraestrutura e no tempo em que as aeronaves permanecem no solo, diminuindo atrasos e cancelamentos, por exemplo, pode haver benefícios para o passageiro. Isso porque, reduzindo os custos das companhias, elas podem, eventualmente, repassar o valor", diz.

"É muito difícil, no entanto, que se verifique essa correlação de uma maneira tão direta. Muitas vezes a companhia não vai repassar para o passageiro", afirma Bonsenso, acrescentando que será mais provável a percepção de conforto no serviço do que necessariamente queda nos preços.

Próximos passos

Os trâmites legais da concessão ainda estão em andamento. A expectativa é que o Aena assuma a administração de Congonhas no terceiro trimestre de 2023. Até lá, a Infraero continua atuando na gestão do terminal.

Após quitar o valor total da concessão, cabe à Anac validar o contrato. Começa, então, um prazo de 40 dias para que o Aena apresente seus planos operacionais, de treinamento de pessoal e a comunicação com a comunidade aeroportuária.

Depois de aprovado o plano pela Anac, começa um período de operação assistida, em que o grupo espanhol toca a operação dos aeroportos arrematados junto com a Infraero.

Primeiro, [o Aena] recebe os equipamentos com menos de um milhão de passageiros ao ano e, na sequência, é transferida a administração dos terminais com mais de 1 milhão de embarques e desembarques, incluindo o aeroporto de Congonhas. Esse último cronograma está previsto para ocorrer no terceiro trimestre de 2023, diz **comunicado** da empresa enviado ao g1.

Aumento da capacidade

A ampliação de Congonhas enfrenta, no entanto, um problema estrutural: a falta de espaço físico. O aeroporto, construído e ampliado entre as décadas de 1930 e 1940 em uma área remota da capital, viu a cidade crescer no seu entorno.

O terminal está em frente ao Corredor Norte-Sul, uma das vias mais importantes da cidade. Do outro lado, há prédios comerciais, hotéis, bancos. Praticamente não há terrenos desocupados a absorver.

Os bairros residenciais do entorno também limitam a operação. As pistas são curtas para aviões maiores e, por conta do barulho, o aeroporto não pode operar de madrugada.

A concessão - e a possibilidade de maior fluxo de voos - virou alvo de críticas de associações dos moradores da região próxima ao aeroporto. A preocupação é em relação a impactos ambientais e na saúde, além do aumento de ruídos, aumento no trânsito e riscos de acidentes aéreos.

Movimento nos aeroportos

Mais de 9,4 milhões de pessoas passaram por Congonhas entre janeiro e julho do ano passado, o que o torna o segundo terminal mais movimentado do país. Os números ficam atrás apenas do Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, que recebeu 18,39 milhões de passageiros no período.

Confira os cinco aeroportos mais movimentados do país entre janeiro e julho de 2022, segundo dados da Anac:

Guarulhos/SBGR (18,39 milhões de passageiros movimentados) Congonhas/SBSP (9,47 milhões de passageiros movimentados) Brasília/SBBR (7,15 milhões de passageiros movimentados) Viracopos/SBKP (6,41 milhões de passageiros movimentados) Santos Dumont/SBRJ (5,29 milhões de passageiros movimentados)

Cenário na aviação civil

Para o diretor-geral da Associação Brasileira de Aviação Geral (ABAG), Flávio Pires, a construção de um novo grande aeroporto em São Paulo já deveria estar nos projetos da cidade.

"O crescimento de Congonhas não irá resolver os problemas de saturação do modal aéreo nos próximos cinco anos. Guarulhos irá saturar, e certamente sofrerá concorrência de Congonhas em rotas internacionais de curta distância. [O Campo de] Marte é pequeno e não comportará grandes aviões. Demais aeroportos estão a mais de uma hora e meia [de distância], a depender do ponto de partida", diz.

Pires também diz esperar que o novo concessionário equilibre as operações de grandes empresas aéreas e das aeronaves executivas. "As executivas não têm alternativas na capital para manterem o atual nível de operações ou para crescerem", finaliza.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/30/novos->

*servicos-e-filas-menores-o-que-pode-mudar-com-a-
concessao-do-aeroporto-de-congonhas.ghtml*

Governo publica resolução que estabelece taxa de juros de 1,97% para empréstimos consignados do INSS

Por g1 - Brasília

O governo federal publicou a resolução que estabelece a taxa de juros de 1,97% para empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**. A medida foi publicada em edição do Diário Oficial da União desta quinta-feira (30).

O Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou a taxa na terça-feira (28). A decisão foi tomada após o presidente Lula defender esse valor.

Antes, o colegiado havia reduzido a taxa de 2,14% para 1,70% ao mês, gerando um impasse e fazendo com que bancos suspendessem a modalidade de empréstimo.

O Ministério da Previdência defendia uma taxa abaixo de 1,90%, enquanto os bancos privados queriam uma taxa de 1,99%.

O CNPS também aprovou a taxa de 2,89% para o cartão de crédito consignado. A medida também foi publicada no Diário Oficial desta quarta.

No dia 13 de março, o colegiado decidiu baixar de 2,14% para 1,70% ao mês o limite de juros praticado nas operações convencionais de consignado para os beneficiários.

A medida, que entrou em vigor no dia 15 de março, levou bancos - inclusive os públicos - a suspenderem a modalidade de empréstimo.

As instituições financeiras afirmaram que, com o novo teto, não tinham condições de arcar com os custos de captação de clientes.

Diante da suspensão, o governo decidiu rever a redução. Em entrevista, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que a taxa máxima seria elevada, para um patamar abaixo de 2%.

Já os bancos propuseram uma taxa limite entre 1,99% e 2,01%. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), um teto nestes patamares bancaria os custos da operação do consignado de aposentados e

permitiria a volta das operações.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/30/governo-publica-resolucao-que-estabelece-taxa-de-juros-de-197percent-para-emprestimos-consignados-do-inss.ghtml>

Ataques a jornalistas no Brasil sobem 23%, aponta levantamento

Joelmir Tavares são paulo

Os ataques a jornalistas no Brasil cresceram 23% em 2022 ante 2021, segundo levantamento da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). A entidade identificou o envolvimento de membros da família Bolsonaro em 41,6% dos casos e registrou aumento no número de episódios considerados graves.

O documento, divulgado na noite desta quarta (29) em debate em São Paulo sobre ameaças à liberdade de imprensa, contabiliza agressões verbais e físicas feitas diretamente a profissionais e os discursos estigmatizantes, que buscam desacreditar e perseguir o jornalismo de modo geral.

Em 2022, marcado pela disputa entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), houve 557 ataques a jornalistas, meios de comunicação e imprensa em geral, segundo a Abraji. Em 2021, foram 453.

Em 2019, primeiro ano do levantamento, foram 130 episódios. A entidade diz que 2022 foi o ano mais violento para jornalistas e comunicadores brasileiros desde o início do monitoramento.

Os episódios mais frequentes no ano passado (61,2% do total) foram os de discursos estigmatizantes. A média foi de um ataque por dia para desmoralizar jornalistas e imprensa. Em 75,7%, os agressores eram agentes estatais, como políticos e funcionários públicos.

A segunda categoria com mais casos (31,2%) foi a de agressões e ataques, com violações físicas, destruição de equipamentos, ameaças e hostilizações. A Abraji considerou preocupante o aumento de 102,3% nesse tipo de ocorrência em relação a 2021.

As ações mais graves tiveram um pico depois do segundo turno das eleições, coincidindo com as manifestações de apoiadores de Bolsonaro contra a vitória de Lula e os acampamentos golpistas questionando o resultado do pleito.

Nessa mesma época, caiu o número de casos mais leves, de discursos estigmatizantes. A Abraji avaliou que, como resultado do pleito, a violência verbal se

tomou física. A cobertura eleitoral esteve ligada a 31,6% do total de ataques.

Em 2022, 41,6% dos ataques em 2022 foram protagonizados pelo então presidente Jair Bolsonaro e seus três filhos com mandatos eletivos - Flávio, senador (PL-RJ), Eduardo, deputado federal (PL-SP), e Carlos, vereador (Republicanos-RJ).

A Folha não conseguiu contato com a defesa dos Bolsonaro para comentar o relatório.

A maioria das ações da família envolveu discursos intimidatórios e veio por redes sociais, com pregações de boicote à imprensa e insinuações de que veículos difundiram fake news.

Bolsonaro liderou ainda o ranking de ataques de candidatos à Presidência. De 51 casos, esteve envolvido em 50,1%. Seguem os então postulantes Sofia Manzano (PCB), com 15,7% dos episódios, e Padre Kelmon (PTB), em 9,8%.

Segundo a Abraji, não foram identificados discursos estigmatizantes publicados no período de campanha nos perfis de Lula, Simone Tebet (MDB) e José Maria Eymael (DC).

Homens foram 62,6% das vítimas e mulheres, 43,5%. Contra elas, a ofensa mais frequentemente inclui aparência e sexualidade.

Sobre violência de gênero, houve 145 episódios do tipo, 13,1% mais que em 2021. Profissionais mulheres foram 9,7% das vítimas nesse recorte.

As jornalistas Miriam Leitão, da GloboNews (8 casos), Vera Magalhães, da TV Cultura (8), Daniela Lima, da CNN Brasil (6), e Juliana Dal Piva, do UOL (5), foram as profissionais mais atacadas, segundo o relatório. Vera, em um debate, foi chamada por Bolsonaro de "vergonha para o jornalismo".

Para os responsáveis pelo levantamento, os dados mostram a tendência de mulheres serem alvos de ameaças e constrangimentos, com o uso de ofensas pessoais e misóginas.

Na visão da Abraji, o ano passado marcou a consolidação de um ambiente desfavorável para o

jornalismo, que foi aprofundado nos anos anteriores, com a tentativa de desenhar a imprensa como inimiga no imaginário popular, usando narrativas mal-intencionadas sobre fake news e parcialidade.

"Atores políticos e seus apoiadores criam e propagam discursos antimídia que dificultam a atividade jornalística e colocam seus profissionais em risco constante" afirma o relatório.

A entidade também cobrou providências das plataformas de redes sociais para os casos de violência contra a imprensa.

"Atores políticos e seus apoiadores criam e propagam discursos antimídia que dificultam a atividade jornalística e colocam seus profissionais em risco constante" Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) em relatório divulgado nesta quarta-feira (29)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50231>

Reunião do Comsefaz, em Brasília, tratará de reforma tributária - CAPITAL S/A



SAMANTA SALLUM

Nesta quinta-feira, Brasília sediará a 40ª Reunião Ordinária do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal). Serão abordados temas como a **reforma tributária**, em discussão no Congresso Nacional, e projetos de lei complementar, um dos quais institui o programa de acompanhamento e transparência fiscal. O presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, e o

secretário de Fazenda do DF, José Itamar Feitosa, serão os porta-vozes sobre a expectativa dos estados em relação à aprovação da **reforma tributária** e sobre pontos de processos em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), como o acordo com a União sobre a compensação das perdas de ICMS e a implementação do regime monofásico para o diesel e o GLP.

Atuação coletiva

As secretarias de Fazenda estaduais atuam coletivamente na construção de políticas públicas fazendárias e, por meio do comitê nacional, estão presentes em reuniões com as equipes do Ministério da Fazenda, Câmara dos Deputados e STF.

Gestão de recursos públicos

"Mantendo-se integradas, as secretarias de Fazenda consolidam projetos e programas voltados para a revisão de leis e modernização de sistemas fiscais, desburocratizando processos e otimizando a gestão social dos recursos públicos", afirma o secretário de Fazenda do Distrito Federal, Itamar Feitosa.

Apreensão de conhaque e cerveja

A equipe de plantão do Núcleo de Fiscalização Itinerante de Mercadorias, da Subsecretaria da Receita do DF, realizou, na BR-060, divisa entre DF e GO, duas grandes apreensões. Evitou, nesta semana, a circulação de mercadorias não tributadas e inibiu a evasão de cerca de R\$ 600 mil em crédito tributário. O valor total delas passava de R\$ 800 mil. Entre os produtos apreendidos, muita bebida alcoólica - cerca de 10 mil garrafas de 1 litro de conhaque e 100 mil latas de cerveja de 350ml.

Homenagem por apoio a projeto social

O empresário Álvaro Silveira Júnior foi o homenageado do jantar especial realizado pela Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal anteontem. Ele, que é conselheiro nato da entidade, recebeu o agradecimento pelo apoio ao Projeto Cativando Sorrisos 2023, da Fundação CDL/DF. O Sesc, por meio do convênio, cedeu profissionais de odontologia e o material. A FCDL participa com o consultório móvel, levando a estrutura em instituições

parceiras que atendem menores carentes. Álvaro agradeceu em seu discurso ao presidente da Fecomércio, José Aparecido Freire, e ao diretor regional do Sesc, Valcides de Araújo, por terem ajudado a firmar a parceria. O anfitrião da noite foi o presidente da CDL, Wagner da Silveira, e a presidente da Fundação, Andreia Valadão.

Ubuntu: medicina inovadora

"Se a gente olhar o conceito de saúde, é muito mais do que somente a ausência de doença. A gente tá falando de um bem-estar que também envolve a questão social e mental. É por isso que nós somos a Ubuntu, palavra de origem africana que significa humanidade para com os outros", conta a biomédica e gestora em saúde Nayana Cambraia Viana Oliveira, 40 anos. Pela empresa que criou, ela foi vencedora do Prêmio Startup For Women, em 2019, e recebeu o prêmio de Mulher Inovadora do Conselho de Biomedicina Inovadora, em 2020.

Para diminuir a dor social

Reunindo inovação e tecnologia, a Ubuntu oferece consultorias para clínicas de saúde, gestão da qualidade de produtos e serviços, promove treinamentos e desenvolve conteúdos acadêmicos para universidades. "Aprendi que todas as mazelas da sociedade acabam dentro de um hospital. Então, queria fazer algo para ajudar a diminuir essas dores sociais e esse sofrimento que existe ali", explica Nayana.

Sebrae Delas

Por meio dos programas Sebraetec e Sebrae Delas, promovidos pelo Sebrae no DF, a biomédica conseguiu encontrar respostas e soluções para problemas que impediam o desenvolvimento da Ubuntu. "Comecei a entender e adquirir habilidades técnicas necessárias para o crescimento do meu negócio", diz Nayana. E agora ela alcançou fôlego para expandir.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/30/all.pdf>

Manoel Pires defende aumentar receita após reforma tributária



Manoel Pires: tributar heranças "estimula pessoas a produzirem hoje e não somente serem herdeiros"

Alessandra Saraiva Do Rio

Discutir a tributação de grandes fortunas, lucros e dividendos e heranças é fundamental para a próxima **reforma tributária** do país, após concluído o debate acerca da simplificação de **impostos** sobre o consumo. A ideia foi defendida ao Valor por Manoel Pires, coordenador do Núcleo de Política Econômica e do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

No entendimento do pesquisador, ex-secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda, os problemas que cercam regras sobre **tributos** no Brasil não serão superados somente com a **PEC 46/2022**, a Proposta de Emenda Constitucional da **reforma tributária**.

A PEC 46 unifica cobrança de ICMS e de ISS e foi apresentada ao Senado neste ano. "Essa [a que trata de **impostos** sobre o consumo] é a reforma mais amadurecida, do ponto de vista técnico.

Agora a discussão que temos que ter é: qual a próxima reforma [tributária]?", questionou.

Pires reconhece que falar em tributar grandes fortunas, lucros, dividendos e heranças são temas complexos de se debater politicamente.

"Ninguém gosta de pagar imposto", admite. No entanto, reiterou que, em sua análise, o Brasil pode e deve iniciar uma discussão técnica sobre esses temas, caso se queira construir um sistema tributário mais justo no país.

No caso de grandes fortunas, o economista comentou que, no momento, ocorre processo de "revisionismo" dos sistemas tributários no mundo, no que concerne a essa questão. "Havia basicamente entendimento que, se você tributasse menos pessoas mais ricas, elas investiriam mais, criariam emprego e beneficiariam mais pobres", comenta.

"Mas isso não gerou mais crescimento, e sim mais desigualdade." Na pandemia, em 2020, a situação ficou mais evidente, acrescenta Pires. Com a crise econômica originada do problema sanitário, tornou-se mais visível a situação de vulnerabilidade econômica dos mais pobres, no mundo. Para ele, ao desonerar pessoas mais ricas, elas simplesmente atuaram para preservar seu poder econômico.

No Brasil, o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) está previsto na Constituição de 1988, mas nunca foi regulamentado.

Ao ser questionado se propostas como a do Projeto de Lei Complementar - PLP 101/2021, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), de tributar patrimônios acima de R\$ 4,67 milhões seria solução, Pires é cauteloso.

Para ele, é preciso taxar grandes fortunas dentro de um contexto mais amplo, que abarque todas as regras de tributação do país.

Tendo isso em vista, é preciso discutir qual é o melhor desenho para taxação de grandes fortunas, ressalta. O tema exige debater, também e ao mesmo tempo, taxação de lucros e dividendos.

O economista chamou a atenção para a correlação entre os dois temas e comentou que, no país, 58% da renda da parcela da população equivalente ao 0,1% mais ricos está na forma de lucros e dividendos, que não são tributados no Brasil.

Na "próxima reforma" o pesquisador defende pensar

em ações concomitantes e evitar propostas com medidas únicas - sem se pensar como estão inseridas no sistema tributário brasileiro como um todo.

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1§ion=1>

Pires deu alguns exemplos de como propostas individuais poderiam ser ineficientes. Muito se fala em reformar a tabela de Imposto de Renda, diz, e usar declarações de IR como base de informação para se taxar grandes fortunas. "Será que os países que aplicam imposto sobre grandes fortunas não experimentam movimentos de fuga de capital e de subdeclaração de ativos?

Aparentemente sim", afirma.

Para ele, a possível regulamentação de imposto sobre grandes fortunas deve ser acompanhada de medidas de fiscalização eficazes.

Outro exemplo é a taxaação de lucros e dividendos. Poucos países no mundo não taxam lucro e dividendo como o Brasil, diz Pires.

Mas ele destacou que essa medida não precisaria ser aplicada sozinha. Poderia se estabelecer alíquota de imposto de renda para lucros e dividendos distribuídos por empresas a pessoas físicas ou jurídicas e, ao mesmo tempo, a regra ser acompanhada de redução em alíquota de imposto para pessoa jurídica, sugere. Isso evitaria que a taxaação parecesse espécie de punição para empresa que foi eficiente e conseguiu lucrar.

Pires também defende que se tributem heranças. Ele destacou que a medida poderia estimular crescimento econômico. Segundo o economista, sem taxaação de herança o que ocorre é acúmulo de riqueza na passagem de gerações de famílias; e não por decisão econômica.

"Isso estimula pessoas a produzirem hoje e não somente serem herdeiros", comentou. Assim, mais empresas e empregos são gerados, com impacto benéfico para a economia e para a arrecadação.

Os temas serão assunto do seminário na FGV, no bairro de Laranjeiras, zona sul do Rio, nesta quinta-feira (30). No evento, Pires e outros pesquisadores debaterão o livro: "Progressividade tributária e crescimento econômico".

Lançada ano passado, a obra é organizada pelo próprio Pires, com artigos dele e de outros estudiosos.

No livro, o economista destaca a importância de se discutir tributação nesses três campos.

Site:

Para Fazenda, setor financeiro deveria ter tratamento diferenciado na reforma

Reforma Tributária *Estevão Taiar De Brasília*

O Ministério da Fazenda defende que o setor financeiro - incluindo bancos, mercado de capitais e seguradoras - tenha tratamento diferenciado na **reforma tributária**. Foi o que afirmou nessa quarta-feira o secretário de Reformas Econômicas da pasta, Marcos Barbosa Pinto.

"Todas as complexidades justificam a gente ter um regime especial para o sistema financeiro em geral", afirmou em audiência pública realizada pelo Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados que trata da reforma. "Isso não significa que a arrecadação gerada pelo setor financeiro vá ser menor. O objetivo é que ela se ja mantida. Mas é preciso ter um sistema especial para implementar na máxima medida possível o regime de não cumulatividade [de **impostos**] no setor financeiro sem perder arrecadação." Segundo ele, no modelo atual, o sistema financeiro "está repassando **tributos** para os consumidores de produtos financeiros e para as empresas".

"Mas as empresas não estão se creditando dos **impostos**", afirmou. "Isso encarece os custos de crédito para as empresas sem que elas possam tomar crédito na fase seguinte." A implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), no modelo proposto na reforma, geraria "crédito muito mais barato para todas as pessoas jurídicas", segundo afirmou. Entretanto, Barbosa disse que "o problema" no caso do setor financeiro "é medir o valor adicionado no caso de específico de cada operação". "As instituições financeiras não trabalham calculando margem de produto a produto, de operação a operação. Elas calculam isso de maneira agregada, estatisticamente", afirmou.

De acordo com o secretário, há quatro modelos principais usados no exterior para tributar o sistema financeiro por meio do IVA: europeu, neozelandês, australiano e sul-africano.

O Ministério da Fazenda acredita que "quem tem que dar a resposta" sobre o modelo a ser adotado é o Congresso Nacional. Mas, segundo o secretário, o modelo brasileiro "muito provavelmente vai envolver uma mistura" dos demais. Nesse caso, haveria pilares como: cobrança do IVA apenas sobre taxas explícitas e tarifas, sem cobrança sobre empréstimos

repassados de uma instituição para a outra, por exemplo; alíquota zero, em que não o IVA não é cobrado, mas as empresas têm direito a créditos tributários parciais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1§ion=1>

MPs entram na negociação

ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aproveitou a movimentação em torno do arcabouço fiscal para ajudar a destravar a pauta do Congresso Nacional, paralisada em razão das divergências entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) sobre o rito de tramitação das medidas provisórias.

No início da tarde, ao retornar à sede da Fazenda, no Bloco P da Esplanada dos Ministérios, Haddad contou a jornalistas que havia saído mais cedo para se encontrar com Lira, na Residência Oficial da Câmara. O assunto foi a tramitação das MPs que precisam ser votadas pelo Congresso, tanto as do antigo governo quanto as do atual.

"Discutimos mérito sobre possibilidades em relação à votação das medidas provisórias", afirmou o ministro. O presidente da Câmara decidiu votar as MPs do governo anterior, como as MPs que tratam do novo marco legal da base de cálculo dos tributos sobre os Preços de Transferência e do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). "Estamos alinhando com os líderes", comentou Haddad.

"Uma ou outra podemos alterar alguns pequenos detalhes; outras, nenhum; e uma vamos tratar um texto de comum acordo com a Casa", afirmou, sem especificar qual das medidas terá uma nova redação.

Em relação à MP do novo Bolsa Família, que poderia ser transformada em projeto de lei, o ministro não comentou o assunto. "Quem está negociando isso em nome do governo é o ministro Alexandre Padilha (das Relações Institucionais)", afirmou. (RH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/30/all.pdf>

Nova regra fiscal limitará crescimento das despesas a 70% da alta da receita



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que apresentou nesta quarta-feira (29) a Lula o novo marco fiscal em seu formato final. Pedro Latorre/Folhapress

IdianaTomazelli e Alexa Salomão

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propõe em seu desenho de regra fiscal que o crescimento das despesas federais seja limitado a 70% do avanço das receitas projetado para o mesmo ano, segundo informações obtidas pela Folha.

Na prática, o governo pretende trabalhar com uma nova trava para as despesas, que cresceriam em ritmo menor do que a arrecadação, de forma a fazer as contas melhorarem nos próximos anos e saírem do vermelho.

Além disso, a regra vai prever um intervalo para a meta de resultado primário a cada ano, como uma espécie de banda para flutuação. O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas. Hoje, há uma meta única definida anualmente.

O objetivo da proposta é substituir o teto de gastos, regra fiscal em vigor que limita o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior.

O novo marco fiscal foi apresentado a Lula em seu formato final pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião nesta quarta-feira (29) no Palácio da Alvorada. Na sequência, Haddad se dirigiu à residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para apresentar a proposta a lideranças da Casa.

O desenho foi pensado para que os gastos tenham um aumento real (acima da **inflação**), mas em ritmo mais moderado do que o avanço das receitas -combinação considerada crucial para obter uma redução gradual

do déficit público e estabilizar a dívida pública.

A previsão do governo é que o déficit, projetado em 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) neste ano, seja zerado já em 2024, conforme mostrou a Folha. Em 2025, a estimativa indica superávit (arrecadação maior do que gastos) equivalente a 0,5% do **PIB**. No ano seguinte, 2026, o saldo positivo seria de 1% do **PIB**.

Nas discussões internas, o governo chegou a fazer simulações com diferentes percentuais de 50%, 70% ou 80% sobre o aumento na arrecadação. A definição dessa proporção é, na prática, o que ditará a velocidade do ajuste nas contas do país.

Segundo interlocutores do governo, uma ala queria definir já na largada um percentual mais restritivo para a alta das despesas em relação às receitas, de 60%, mas acabou prevalecendo um ponto intermediário.

O percentual de vinculação entre despesas e receitas será fixo, embora a cada ano sua aplicação sobre as novas estimativas leve a números diferentes de espaço no Orçamento.

A ideia é que, ao projetar o crescimento da receita para o ano seguinte, o governo obtenha, como consequência, o limite de avanço da despesa. No cenário em que a estimativa de alta da arrecadação seja 2% em termos reais e o percentual de aumento de gasto sobre ela de 70%, a elevação na despesa poderia ser de até 1,4%. Os números são ilustrativos.

Além disso, o percentual não será aplicado de forma linear a todas as despesas. Com o fim do teto de gastos, serão retomados os mínimos constitucionais de saúde e educação como eram até 2016: 15% da RCL (receita corrente líquida) para a saúde e 18% da receita líquida de **impostos** no caso da educação.

Na prática, o avanço dessas despesas acompanhará mais de perto a arrecadação, enquanto outros gastos precisarão ter crescimento mais moderado para respeitar o limite como um todo.

O limite deve ser abrangente, mas algumas despesas ficarão de fora, entre elas os repasses do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e a ajuda financeira para estados e municípios bancarem o piso da enfermagem. São

gastos aprovados por emenda constitucional.

Pela forma como foi desenhada, a proposta tem caráter pró-cíclico, ou seja, permite aumento de gastos quando há ampliação da receita e do crescimento, ao mesmo tempo em que impõe moderação em fases de baixa. Evitar isso era um dos princípios defendidos por economistas do próprio PT.

Por isso, a tendência é que o governo inclua algumas travas para impedir que a despesa acompanhe o ritmo das receitas quando estas tiverem alta expressiva, ou ainda que seja preciso cortar gastos porque a arrecadação caiu de forma significativa.

A ideia é prever que o crescimento da despesa siga a receita, mas até um percentual limite.

De forma análoga, se as receitas despencarem, a alta de gastos respeitará um piso a ser indicado na proposta de nova regra fiscal -que também será um número percentual, segundo integrante da equipe econômica.

Além de reduzir o viés pró-cíclico da proposta, a avaliação no governo é que esses mecanismos tiram qualquer eventual incentivo de superestimação de receitas -justamente o que ocorria quando a principal referência das contas públicas era o resultado primário.

Antes do teto de gastos, aprovado em 2016, o Congresso incluía no Orçamento previsões de receitas apenas para criar lastro à ampliação de despesas. Depois, quando a arrecadação era frustrada, o governo precisava contingenciar gastos ou mudar a meta fiscal.

Com a trava idealizada pelo governo Lula, mesmo que os parlamentares ampliem as projeções de receitas, haveria um limite para o avanço das despesas. A partir de determinado patamar, qualquer arrecadação adicional (prevista ou efetivamente realizada) apenas ampliaria o diferencial -ou seja, melhorando o resultado primário e contribuindo para a estabilização e redução da dívida pública.

Em outro cenário, se houver frustração de receitas durante o exercício, o governo ainda precisaria cumprir a meta de resultado primário estipulada no Orçamento. Isso significa, eventualmente, conter despesas para evitar violação à regra.

Como mostrou a Folha, o novo marco fiscal deve ter gatilhos de ajuste ligados ao resultado primário.

Presente na reunião de lideranças com Haddad, o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) confirmou

o percentual de 70% antecipado pela Folha e disse que, se o governo descumprir a meta de primário, a variação do crescimento das despesas cairá a 50% da alta de receitas no ano seguinte.

Os instrumentos de ajuste são uma sinalização importante dentro de um marco fiscal que mira o médio prazo e terá nas projeções para esse horizonte um alicerce para tentar convencer investidores de que as contas são sustentáveis.

A proposta de atrelar a restrição do gasto à dívida, que é defendida por muitos economistas que redigiram sugestões de regras fiscais, foi descartada por técnicos e autoridades ouvidos sob reserva pela reportagem. Os indicadores de endividamento devem funcionar apenas como referência.

Na chegada à reunião do governo com integrantes da Câmara, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a nova regra já estava validada por Lula, que determinou a apresentação dos termos da proposta aos membros do Congresso. Ele evitou citar detalhes da nova regra, mas disse que ela terá "compromisso com a responsabilidade fiscal".

O ministro disse ainda que o governo buscará obter o mais rápido possível uma definição de quem será o relator do projeto na Câmara. O relator é uma figura central, pois ele que fará o trabalho de análise, discussão e apresentação de um parecer com eventuais mudanças.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50231&maxTouch=0&_ga=2.95861208.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&_gl=1*1utnpj6*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY4MDE1NjQ2OS4xOTYuMS4xNjgwMTU2NDc1LjU0LjAuMA..

Resultado primário do governo central

Em % do PIB



* Previsão do Orçamento de 2023

** Previsão do governo a partir da nova regra fiscal

Fonte: Governo

Estados definem ICMS de R\$ 1,45 por litro, e gasolina deve subir

Nicola Pamplona

Os governos estaduais chegaram a um acordo para implantar a alíquota única de ICMS sobre a gasolina, que foi criada em lei aprovada no governo Jair Bolsonaro (PL) mas estava sendo discutida no STF (Supremo Tribunal Federal).

Em convênio do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), definiram uma alíquota de R\$ 1,45 por litro, tanto para a gasolina quanto para o etanol anidro que compõe o combustível vendido nos postos.

O valor é bem superior ao praticado nesta segunda quinzena de março, segundo mostram dados da Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes). Atualmente, o maior ICMS sobre a gasolina é cobrado no Piauí, R\$ 1,24 por litro.

Em São Paulo, a alíquota atual equivale a R\$ 0,89 por litro. Com a mudança, haverá uma diferença de R\$ 0,56 por litro.

Os economistas Andréa Angelo e Felipe Salto, da Warren Rena, calculam que a mudança pode provocar aumento médio de 11,45% no preço da gasolina, com impacto de 0,5 ponto percentual na projeção do IPCA para 2023.

Segundo eles, o valor do novo ICMS equivale a uma alíquota de 27,5%, superior, portanto, aos 17% a 18% usados como teto para produtos essenciais. "Então, poder-se-ia concluir que a essencialidade estaria de fato afastada para a gasolina", afirmam.

O preço da gasolina já teve forte alta nos postos no início de março, com o retorno da cobrança de **impostos** federais sobre o combustível. Na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o produto foi vendido, em média, a R\$ 5,51 por litro.

O valor é R\$ 0,43 por litro, superior ao verificado no fim de fevereiro, alta bem superior aos R\$ 0,26 estimados pelo mercado -considerando que a nova alíquota é de R\$ 0,47 por litro e a Petrobras cortou seus preços de venda em R\$ 0,13 por litro para minimizar o aumento.

A nova alíquota passa a vigorar no dia 1º de julho. Será única em todo o país e cobrada em reais por litro -hoje, cada estado cobra um percentual sobre preço de referência definido a cada quinze dias em pesquisas nos postos.

O modelo atual é criticado pelo setor por retroalimentar os aumentos de preço nas refinarias: após a alta nas bombas, os estados elevam o preço de referência para cobrança do imposto, gerando novo repasse ao consumidor final.

Além disso, dizem, incentiva fraudes tributárias com a compra de combustíveis em estados onde o ICMS é mais barato para a venda clandestina naqueles com maior tributação.

A mudança foi aprovada pelo Congresso com apoio do governo Bolsonaro em maio de 2022, mas os estados recorreram ao STF. Em um primeiro momento, houve acordo sobre o diesel, que terá a alíquota única em vigor a partir de 1º de abril.

Também neste caso, é prevista alta nos postos, já que a alíquota definida, de R\$ 0,95 por litro, é superior aos valores vigentes atualmente. O consultor Dietmar Schupp, especialista em tributação de combustíveis, estima que o valor é R\$ 0,13 superior ao vigente na primeira quinzena de março.

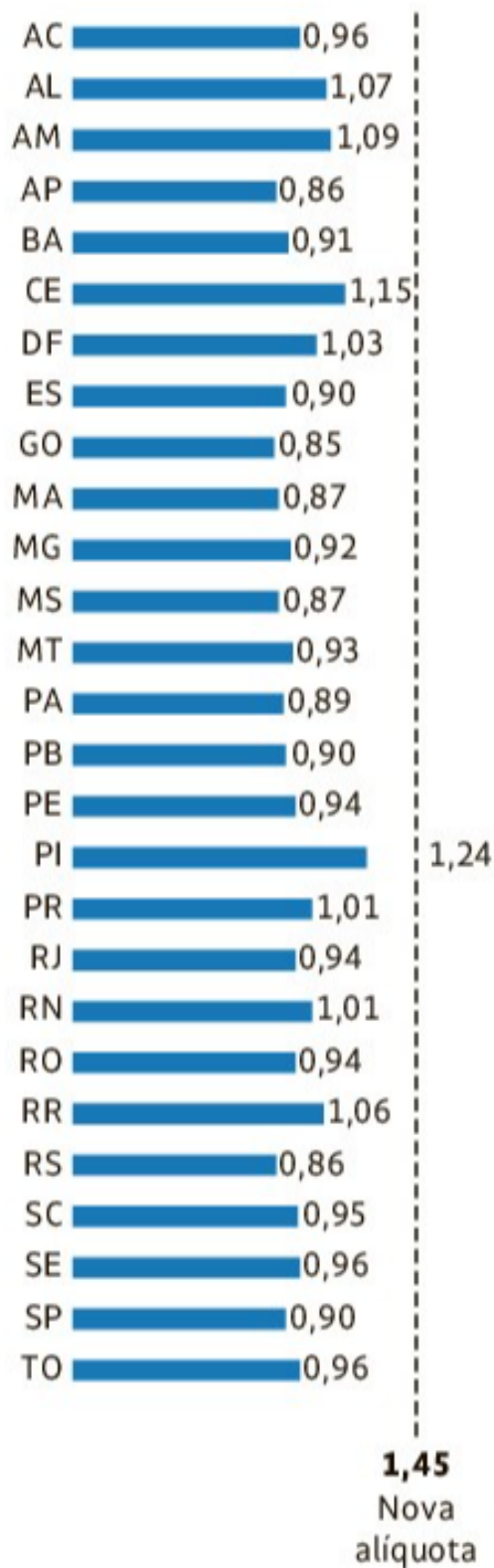
O preço do diesel também será pressionado no início do mês pelo aumento no percentual obrigatório da mistura de biodiesel de 10% para 12%. A decisão acarretará aumento médio de dois centavos por litro, segundo estimativa do Ministério de Minas e Energia.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50231&maxTouch=0&_ga=2.95861208.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&_gl=1*1utnpj6*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzMTOTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY4MDE1NjQ2OS4xOTYuMS4xNjgwMTU2NDc1LjU0LjAuMA..

ICMS sobre a gasolina C

Em R\$ por litro*



*Entre 16 e 31 de março de 2023
Fonte: Fecombustíveis

Brasil e China avançam em acordo para comércio sem o uso do dólar

VLADIMIR ASTAPKOVICH/KREMLIN VIA REUTERS



Xi Jinping fez acordos com a Rússia e a Arábia Saudita

FELIPE FRAZÃO ENVIADO ESPECIAL A PEQUIM / COLABORARAM VINICIUS NEDER/ RIO E ANNA CAROLINA PAPP/BRASÍLIA

Os governos do Brasil e da China avançaram nas últimas semanas na negociação para que o comércio e os investimentos entre os dois países sejam feitos diretamente entre o real e o yuan (RMB), o que excluiria o dólar dos Estados Unidos como moeda de referência nas transações.

Reduzir a dependência do dólar, aumentando a circulação do yuan, é uma das linhas de atuação da política externa e financeira da China, num contexto de disputas comerciais e geopolíticas com os Estados Unidos. Recentemente, o governo do presidente Xi Jinping firmou acordos com Arábia Saudita e Rússia para o uso do yuan no comércio. O RMB tem cerca de 2% de participação nos pagamentos globais, em crescimento principalmente no entorno do gigante asiático.

No fim de janeiro, os bancos centrais dos dois países assinaram um memorando para estabelecer uma "clearing house" no Brasil. Na prática, trata-se de um banco escolhido pelo governo chinês - o ICBC - com liquidez na moeda chinesa para fazer a compensação das divisas diretamente.

O empresário no Brasil receberia em yuan e faria,

nesse mesmo banco, a troca pelo real.

Segundo relatório lançado em novembro do ano passado pelo Banco do Povo da China (PBC, o banco central chinês), no fim de 2021 existiam 27 bancos de "clearing" da moeda chinesa fora da China continental em 25 países e regiões diferentes, como Canadá, Alemanha, Reino Unido, França, Luxemburgo, Suíça, Catar, Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Austrália.

Na América do Sul, o Chile possui um acordo similar, assim como a Argentina.

Mesmo os EUA possuem uma "clearing house" para fazer a troca direta da moeda, indicada pelo BC chinês.

A secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, afirmou que "a maior previsibilidade das taxas de câmbio" é muito importante para investidores e comerciantes. Segundo ela, os **impostos** sobre transações de câmbio são um dos pontos mais questionados por parceiros chineses no Brasil, e o comércio em moeda local poderia contribuir para o incremento das trocas bilaterais. A balança comercial entre os dois países alcançou US\$ 150 bilhões no ano passado, e os investimentos diretos da China no Brasil chegaram ao acumulado de US\$ 70 bilhões.

Além disso, ela celebrou o avanço de tratativas para que um banco brasileiro possa ingressar no sistema de pagamentos chinês. Em outra frente, o BNDES também planeja lançar novas linhas de financiamento para o comércio bilateral.

"Esses elementos reduzirão os custos de transação para trocas entre real e RMB, e são um elemento a mais nesse adensamento das relações", disse Tatiana, que participou do Fórum de Negócios Brasil-China, realizado ontem, em Pequim, com cerca de 523 participantes, entre autoridades dos dois governos e empresários.

"PRIMEIRO PASSO".

A secretária, que representou o Ministério da Fazenda, disse a jornalistas que o estabelecimento do banco autorizado pelos chineses para fazer as transações entre as moedas locais é um "primeiro passo",

tornando-se mais uma opção para os negócios, embora a ideia não seja tornar esse sistema obrigatório.

Ela disse que as próprias "clearing houses" podem ter limitações na capacidade de atender os negociantes agora. "Pode interessar, sim, para muitos empresários, sobretudo quando isso representar queda de custos nas transações, seja com financiamento, comércio exterior ou investimento." A vice-ministra de Comércio da China, Guo Tingting, também celebrou os avanços no memorando para estabelecer uma "clearing house" para uso do yuan. Ela disse que os países são parceiros estratégicos e tem um relacionamento "modelo".

Empresários ouvidos pela reportagem dizem que os efeitos ainda não estão claros. O Ministério da Fazenda entende que o uso da moeda chinesa poderá reduzir custos.

Um executivo de um dos maiores frigoríficos do País disse que o acordo poderá ser interessante se o fato de não envolver o dólar permitir o acesso a linhas de financiamento para exportação, em bancos chineses, com taxas de juros mais baixas.

Para exportadores do agronegócio nacional, o uso do dólar pode ser vantajoso, pois, além de receberem na moeda americana e terem despesas em real, conseguem reduzir os efeitos do chamado "custo Brasil".

REDUÇÃO DE CUSTOS.

O acordo pode trazer vantagens para exportadores e importadores brasileiros, com baixo risco para o Brasil, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão.

Na visão de Tulio Cariello, diretor de Conteúdo do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), as transações diretas permitiriam redução de custos financeiros, já que ao passar os pagamentos da moeda chinesa para o dólar e depois para o real, ou vice-versa, há perdas nas taxas de câmbio. Em segundo lugar, as taxas de câmbio para yuan, com maior controle do governo chinês, variam menos, dando maior previsibilidade para as empresas.

"Pode ser uma alternativa para diminuir o custo de transação, para evitar duas conversões", afirmou o ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Welber Barral. Ele pontua, porém, que o acordo não deve substituir por completo o uso do dólar nas transações com o gigante asiático.

Isso porque, apesar de o Brasil poder comercializar diretamente por meio de outras moedas, chamadas de

convertíveis - como euro, franco suíço e libra esterlina -, mais de 90% das transações do comércio exterior brasileiro hoje ainda são em dólar.

Segundo o consultor Sérgio Quadros, diretor da SQ Asia Business Consulting, outra vantagem das transações diretas para os exportadores brasileiros é a possibilidade de abrir mercado na China. Isso porque as regras da política de controle de capitais do governo chinês limitam o acesso dos importadores locais ao dólar. Com as transações diretas, é possível ir além desses limites. "Certamente haverá aumento do comércio", afirmou.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária e cidadania

Há poucos temas tão áridos e de difícil compreensão no país quanto o dos **impostos**. Se muitas vezes até tributaristas têm interpretações discordantes sobre normas vigentes, o que dirá o cidadão comum. Ocorre, no entanto, que o Brasil nunca esteve tão próximo de levar a cabo uma reforma capaz de conduzir a uma significativa simplificação no sistema de taxação de produtos e serviços. Em linhas gerais, a intenção é unificar uma série de cobranças de diferentes naturezas, como IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Existem duas propostas principais tramitando no Congresso, com algumas diferenças, e o resultado final deve ser uma composição de ambas.

Tem sido visível, nas últimas semanas, como o assunto ganha espaço nos noticiários e em eventos empresariais e políticos. Discute-se cada vez mais a reforma que está por vir devido a dúvidas que ainda persistem e resistências setoriais, regionais e de níveis administrativos. É uma matéria que trará mudanças para a população, para as empresas e para o poder público. O ideal, portanto, seria todo cidadão buscar se informar, conhecer as propostas na mesa, compreender o que está em jogo e acompanhar as negociações que se darão, especialmente no Congresso. Cada consumidor terá, em algum grau, sua vida financeira mudada pelo regramento que passará a vigorar. É desejável, portanto, que busque formar uma opinião embasada e com ela, inclusive, influencie a posição de seus representantes no parlamento, espaço que melhor representa a multiplicidade de interesses e visões da sociedade brasileira.

Um dos grandes conhecedores do tema no país e coautor de uma das propostas no Congresso, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do governo federal, Bemard Appy, concedeu uma didática entrevista na terça-feira ao Atualidade, da Rádio Gaúcha. Na conversa, resumiu alguns pontos que são o espírito da mudança esperada, como a simplificação com a cobrança de um imposto único na ponta (sobre o consumo), o compromisso de a carga total de **impostos** não ser elevada, o fato de que terá um sentido progressivo (camadas de menor renda tendem a ser menos oneradas, pelo perfil do que consomem), como ficam as empresas do Simples e a inevitabilidade de alguns segmentos perderem em um primeiro momento, embora tendam a ser beneficiados pelo aumento do crescimento potencial da economia ao longo do tempo.

A intenção, aqui, não é esmiuçar os ganhos de uma reforma aguardada há mais de duas décadas, como a maior transparência, a redução dos custos para as empresas pela menor estrutura que precisarão ter para cuidar de seus **impostos**, a diminuição dos contenciosos administrativos e judiciais por diferentes interpretações ou os efeitos positivos para o avanço do **PIB** no longo prazo. Isso será exaustivamente debatido e detalhado nas próximas semanas. Afinal, há um compromisso das lideranças do Congresso: é um tema prioritário no primeiro semestre, ao lado do novo marco fiscal. O intuito, agora, é o de estimular os cidadãos a se apropriarem do assunto e compreenderem as implicações, também para que possam discutir e influenciar no consenso a que se chegará. Isso é exercer a cidadania.

Notícias Relacionadas:

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS
Reforma tributária e cidadania

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Juros e inflação altos preocupam no Brasil e no mundo

Juros altos, baixo crescimento e **inflação** persistente são alguns dos problemas que tiram o sono de economistas tanto no Brasil quanto no exterior.

Por aqui, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continua bem acima do teto da meta do governo, o que obrigou o Banco Central (BC) a manter a Selic (taxa básica de juros) em 13,75% ao ano nas últimas cinco reuniões.

Como era de se esperar, as consequências dos juros altos por um longo período já começam a aparecer. "Estamos vendo certa redução da atividade econômica no dia a dia. Indicadores de confiança mais fracos, piora na inadimplência e um ligeiro aumento da taxa de desemprego. São algumas evidências de desaceleração", afirma Raone Costa, economista-chefe da Alphatree Capital.

Apesar disso, especialistas afirmam que os riscos de uma recessão - caracterizada por dois semestres seguidos de contração na economia - são pequenos no Brasil. O principal motivo é a força do agronegócio, que deve segurar o ritmo da atividade por aqui.

Enquanto isso, os setores de serviços, indústria e comércio devem registrar uma desaceleração significativa. "Isso é resultado do aperto monetário que tirou a Selic de 2% e levou ao patamar atual de quase 14% ao ano", afirma Helena Veronese, economista-chefe da B.

Side Investimentos. Para ela, o BC não deve cortar juros enquanto o novo arcabouço fiscal não for conhecido. "O **comunicado** da última reunião do Copom deixou muito claro que o risco fiscal aqui no Brasil ainda é muito elevado", diz.

Raone Costa afirma que existem outros dois fatores que podem contribuir para um corte de juros antes do esperado: o primeiro é a diminuição das expectativas de **inflação** pelo mercado financeiro, medida pelo Boletim Focus. O segundo é a intensificação de uma crise global causada por problemas no setor financeiro norte-americano.

"Se houver algo muito drástico, o BC pode começar a diminuir os juros. É um risco, mas não acho que seja cenário-base", afirma.

Lá fora, o aperto monetário também deve desacelerar as principais economias do mundo. Nos Estados Unidos, onde os juros estão no maior patamar desde 2007, o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) projeta crescimento de 0,4% em 2023, quando a meta de longo prazo é de 1,8%.

Não bastasse isso, a crise do sistema bancário norte-americano pode impactar as condições de crédito, reforçando o cenário de enfraquecimento econômico - embora o mercado de trabalho e o setor de serviços sigam ainda aquecidos nos EUA. "A economia do País tem surpreendido pela força positiva da atividade", afirma William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue, instituição com sede nos Estados Unidos.

Em março, dois bancos fecharam as portas nos EUA. O primeiro foi o Silicon Valley Bank (SVB), conhecido como "banco das startups", que não resistiu à corrida pelo resgate de recursos depois que os investidores passaram a desconfiar da sua solidez.

Logo depois, foi a vez de o Signature Bank anunciar o encerramento das atividades e a intervenção pelo Federal Deposit Insurance Corporation (Fidc). "Eles quebraram por uma má gestão de ativos e passivos. Mesmo assim, houve uma instabilidade no mercado financeiro e as autoridades tiveram que correr para acalmar.

Pânico financeiro acaba gerando um efeito em cascata muito perigoso", diz Alves.

Helena Veronese aponta que os bancos menores surfaram a onda de injeção de liquidez e juros mais baixos durante a pandemia e agora começam a sofrer com o aperto nas condições monetárias. "De todo modo, não me parece que seja uma crise sistêmica, mas sim uma questão pontual em algumas instituições", afirma.

Para ela, o ponto positivo no cenário global vem da China, onde indicadores divulgados recentemente apontam para uma recuperação do ritmo de atividade. "Esse crescimento é bom para o mundo todo, mas especialmente para economias emergentes exportadoras de commodities, caso do Brasil", destaca a economista da B.Side Investimentos

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

À espera da regra, Bolsa sobe e dólar fecha a R\$ 5,13

VITOR DA COSTA vitor.santos@oglobo.com.br

O Ibovespa subiu e o dólar fechou em queda ontem, no menor patamar desde fevereiro. O pregão foi marcado por forte volatilidade diante das expectativas com a divulgação do novo arcabouço fiscal, cujas informações só foram divulgadas após o fechamento do mercado.

O Ibovespa subiu 0,60%, aos 101.793 pontos. Já o dólar caiu 0,58%, a R\$ 5,1343. É a menor cotação de fechamento desde 2 de fevereiro, quando a divisa encerrou cotada a R\$ 5,0444. O câmbio acompanhou o movimento de queda da moeda americana contra divisas emergentes no exterior.

- Foi um dia de agenda pouco cheia e de expectativas, especialmente no que diz respeito ao arcabouço fiscal. O que vai balizar mais a política monetária é o arcabouço fiscal. Parece que as principais questões pendentes envolvem gastos sociais, com saúde e educação - disse a economista-chefe da B.Side Investimentos, Helena Veronese.

CREDIBILIDADE EM JOGO O analista da Rico, Antônio Sanches, destaca que o mercado pode apresentar maior volatilidade enquanto os investidores estiverem calculando os impactos da nova âncora fiscal na economia: -Esse conjunto de regras é aguardado pelos mercados, dada sua importância para estabelecer a credibilidade do controle dos gastos públicos, o que pode alterar a percepção de risco fiscal do país e, por sua vez, afetar as expectativas de inflação e, consequentemente, das taxas de juros futuras - ressaltou Sanches.

Para Helena, a inclusão da zeragem do déficit público já no próximo ano pode ser lida como positiva pelos agentes: - A questão é como isso vai ser feito na prática. Se é via despesas ou pelo aumento de receitas.

O sentimento de maior procura por risco nos mercados internacionais, em meio ao arrefecimento com as preocupações sobre o setor bancário, também ajudou os ativos locais. Nos Estados Unidos, o índice Dow Jones subiu 1%, e o S P, 1,42%. A Bolsa Nasdaq avançou 1,79%.

Entre as ações, os papéis de empresas ligadas às

commodities subiram. Petrobras ON (ordinárias, com direito a voto) teve alta de 1,06%, enquanto Petrobras PN (preferenciais, sem direito a voto) avançou 1,31%, respectivamente. Vale ON subiu 1,44%, e CSN ON, 2,08%.

No mercado de juros, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 passou de 13,15% do ajuste anterior para 13,215%, e a do DI para janeiro de 2025 avançou de 12,005% para 12,155%. Já a do DI para janeiro de 2026 avançou de 11,985% para 12,14%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 teve alta para 12,295% dos 12,17% da leitura anterior.

O grande ajuste de Haddad e Lula - MÍRIAM LEITÃO



MÍRIAM LEITÃO

O governo Lula se propõe a fazer em quatro anos um ajuste de três pontos percentuais do **PIB** e isso é um enorme esforço. Ontem, o que foi aprovado na conversa do Palácio do Planalto é que essa administração, que se iniciou com pouco mais de 2% de déficit público, chegará a 1% de superávit primário no final do mandato. Isso será conseguido por etapas, mas com passos fortes. O desequilíbrio entre receita e despesa será zerado no ano que vem, depois em 2025 haverá um superávit de 0,5% do **PIB** e no último ano, um superávit de 1% do **PIB**.

Como chegar lá, se o governo começou com o país com desequilíbrio para este ano de R\$ 230 bilhões? Primeiro, o ajuste já começou a ser feito. As medidas iniciais do ministro Fernando Haddad corrigiram algumas evasões fiscais e, em parte, as desonerações indevidas. Na entrevista que me concedeu, ainda antes da posse, ele me disse que o déficit de R\$ 230 bilhões não ocorreria. E realmente o país deve fechar este primeiro ano com um pouco mais de R\$ 100 bilhões.

Segundo, o arcabouço apresentado ontem pelo ministro Fernando Haddad aos líderes políticos da Câmara, depois de aprovado pelo presidente. Ele parte do ponto de que a despesa crescerá menos que a receita, e haverá mecanismos de ajustes em caso de

não atendimento desse parâmetro. Isso levaria ao superávit de 1% no último ano do governo.

Tudo o que foi apresentado aos líderes políticos ontem comprovou o que eu já tinha contado aqui na coluna de terça-feira, que sairia esta semana, e também que todas as despesas estarão sujeitas ao limite de gastos.

Ontem fiz uma longa entrevista com André Lara Resende, que foi ao ar na Globonews, e cuja transcrição você poderá ler no blog.

Ele tem uma visão diferente sobre gastos públicos e uma crítica forte à taxa de juros. André tem contestado a visão convencional da política monetária e até da política fiscal. Seu pensamento é complexo, por isso o melhor é ver a entrevista ou ler a transcrição, mas o que ele tem falado não pode ser entendido como uma licença para gastar. Quando perguntei se o governo pode gastar mais do que arrecada, ele respondeu que depende da qualidade do gasto.

- Ele tem obrigação de gastar bem. Tanto no custo de operação do estado, que deve ser o menor possível. O estado deve ser eficiente. Nas suas transferências, quando transf sendo bem usado. Os gastos de investimento, não necessariamente. Desde que o estado invista bem, que a taxa de retorno de investimentos seja maior do que o custo de financiamento do governo, isso se justifica. Se o governo gastar mal, não importa como chame a despesa, isso não é justificado, como gastos demagógicos e eleitoreiros.

André acha que a melhor medida da dívida não é a bruta de 73% do **PIB**. Sobre a qual houve várias projeções de crescimento, inclusive feitas pelo Banco Central, que não se realizaram. Ele prefere o conceito de dívida líquida, com o desconto das reservas cambiais, e mais o desconto do que o Tesouro tem na caixa único no Banco Central. Daria 45% do **PIB**. Essa é uma das razões pelas quais ele acha que os juros deveriam cair substancialmente. Na entrevista, ele não entrou em detalhes quando perguntei como deveria ser a nova regra fiscal, mas não poupou de críticas o Banco Central. Disse que a última ata é extremamente arrogante.

- O BC está se arvorando, com uma equipe de jovens

tecnocratas que acreditam piamente nos modelinhos equivocados que eles estão olhando, e se acham no direito de passar pito no Congresso, no presidente eleito e no Judiciário. O BC, com a autonomia que lhe foi concedida, passou a se considerar um quarto poder. E um quarto poder que dá lições de moral e se considera acima dos demais poderes. É muito preocupante.

O ministro Fernando Haddad, que faz moderadas críticas ao Banco Central, está apresentando agora a regra fiscal que substituirá o falido teto de gastos. O desafio dele é o de ser aprovado pelo Congresso e depois ser transportado para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A questão é que se os juros não caírem o custo da dívida permanecerá proibitivo com efeito, como alertou André Lara Resende, sobre todas as empresas.

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
O grande ajuste de Haddad e Lula

É urgente reestruturar a dívida dos países emergentes

As revelações desta semana de que a China aumentou seus empréstimos de socorro aos países mais pobres servem para jogar luz a uma possível crise de dívida no mundo em desenvolvimento. Um novo estudo mostra que os empréstimos de resgate da China aumentaram para US\$ 104 bilhões entre 2019 e o fim de 2021 para países da Iniciativa do Cinturão e da Rota, o maior programa transnacional de infraestrutura já feito.

Esse número, embora impressionante, é pequeno comparado aos níveis gerais de endividamento dos mercados emergentes. O Institute of International Finance (IIF), uma associação do setor financeiro, estima que a dívida total do mundo em desenvolvimento subiu para o recorde de US\$ 98 trilhões no fim de 2022, depois que governos e empresas fizeram a festa nos últimos anos.

Com tanta dívida pesando sobre as economias mais fracas do mundo, não vai demorar muito para que várias delas fiquem inadimplentes.

As pressões estão aumentando.

O dólar mais forte está elevando o valor da dívida externa nas moedas locais. As taxas de juros mais altas, necessárias para combater a **inflação**, também estão aumentando o custo do serviço da dívida. A guerra na Ucrânia está intensificando as incertezas.

Impedir uma crise da dívida do mundo em desenvolvimento deveria ser uma prioridade. Mas à medida que a discórdia estratégica entre a China e o Ocidente liderado pelos EUA se intensifica, a falta de cooperação entre os grandes credores está prolongando o sofrimento de vários países em desenvolvimento inadimplentes.

Uma solução para os problemas da dívida dos mercados emergentes é ainda mais complicada pela explosão da dívida do setor privado nas duas últimas décadas.

Essa explosão fez com que entre 2000 e 2021, a parcela da dívida externa pública e com garantia pública dos países de renda baixa e média-baixa junto aos detentores de bônus saltasse de 10% para 50% do total.

O impacto da falta de coordenação é visível. A agência de classificação de risco de crédito Fitch afirma que houve nove defaults soberanos desde 2020, incluindo situações não resolvidas no Sri Lanka e em Zâmbia. As demandas concorrentes entre as organizações multilaterais, a China e outros credores bilaterais e os detentores privados de bônus são tão complexas que hoje leva três vezes mais tempo para se resolver um default do que em média nas duas décadas anteriores a 2020, segundo a Fitch.

É hora de os credores ocidentais e a China fazerem concessões e chegar a um modelo novo e arrojado. Todas as partes - China, financiadores multilaterais, outros credores bilaterais e o setor privado - precisam estar prontas para assumir perdas.

Um novo modelo institucional é necessário. Se Pequim sente alergia ao Clube de Paris (grupo dos principais países credores), então o novo modelo poderia ser construído em torno do G-20 (grupo das principais economias mundiais), que é sempre o fórum internacional preferido da China.

Mas as partes interessadas deveriam deixar claro que o objetivo não deve ser simplesmente reviver a iniciativa de suspensão do serviço da dívida do G-20 (DSSI, na sigla em inglês), que expirou no fim de 2021. O DSSI desempenhou um papel valioso ao fornecer alívio aos pagamentos de juros da dívida para 73 países de baixa renda. O que é necessário agora é mais ambicioso: um modelo combinado para a reestruturação da dívida do mundo em desenvolvimento.

A oposição a esse plano certamente será grande. Mas a incapacidade de lidar com as dificuldades agora servirá apenas para agravar eventuais perdas para todos os credores mais adiante. Pequim deveria perceber que um modelo em que os cortes serão distribuídos igualmente entre os credores é a melhor esperança não apenas de limitar as eventuais perdas, como também preservar sua reputação nos países de renda mais baixa.

Inadimplências não resolvidas no mundo em desenvolvimento já estão tornando a vida miserável para as pessoas em países como o Sri Lanka. Muitos mais poderão sofrer se a China e o Ocidente não encontrarem um caminho para a cooperação no que é

claramente um imperativo moral.

Site:

***[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1§ion=1)***

Argentina volta a viver o drama da escassez de dólares

Roberto Lameirinhas De São Paulo

A poucos meses da eleição presidencial na Argentina, o governo do presidente Alberto Fernández enfrenta uma escassez dramática de dólares, intensificada pela falta de investimentos estrangeiros e uma seca histórica que afeta a safra de grãos - seu principal produto de exportação. Segundo analistas, não é uma questão de se, mas quando, o país ficará sem dólares.

Com reservas internacionais líquidas de menos de US\$ 3 bilhões, o governo Fernández se encontra em uma condição mais frágil do que a de seu antecessor, Mauricio Macri, em seu último ano de governo, para defender o peso e impedir uma escalada do dólar e, consequentemente, da **inflação**, que já ronda os 100% em 12 meses.

Só que a perspectiva de eleições gerais em outubro, combinado com a situação de crise no campo e à perda crescente da confiança dos investidores na gestão econômica do "superministro" de Economia Sergio Massa, também não deixam margem para que o governo mude a situação no curto prazo sem recorrer a medidas impopulares.

O Banco Central da República Argentina (BCRA) não divulga os dados oficiais das reservas líquidas desde o fechamento de 2022, mas segundo estimativas de analistas consultados pelo Valor, estas reservas líquidas estavam em fevereiro em US\$ 2,66 bilhões. Já as reservas internacionais brutas, que incluem títulos de dívida e outros ativos - como os créditos do Fundo Monetário Internacional (FMI), ouro e swap de moeda chinesa - estavam em US\$ 37,6 bilhões.

Desde o início do mês o BCRA intensificou as intervenções diárias no mercado de câmbio para evitar a disparada do dólar no câmbio paralelo (blue) têm drenado as reservas internacionais em dólar, explicam os especialistas.

Só ontem, o banco central vendeu US\$ 95 milhões para conter a desvalorização do peso no mercado real. A moeda americana fechou a 393 pesos, 4 pesos a menos do que na véspera.

O dólar oficial fechou a 215 pesos.

A diferença causa a escassez de dólares no mercado.

O banco central teve de vender US\$ 1,1 bilhão em fevereiro, pior resultado mensal em mais de duas décadas. Estima-se que os dispêndios de dólares em março se mantenham em um patamar parecido, indicando um ritmo de gastos que projeta a exaustão da capacidade do governo de defender sua moeda em pouco tempo.

"Em meados de 2019, durante o governo Macri, as reservas líquidas do BCRA eram de cerca de US\$ 20 bilhões, mas começaram a cair depois que as Paso (Primárias abertas, simultâneas e obrigatórias, que funcionam como uma grande e precisa pesquisa sobre a intenção do eleitor) indicaram a vitória da coalizão de Fernández e da vice Cristina Kirchner", disse o analista da consultoria J. Ferrerés Asociados, Nicolás Alonzo. O ano de 2020 começou com um saldo de cerca de US\$ 12 bilhões.

"O saldo líquido de agora, de pouco mais de US\$ 2,6 bilhões, equivale a um terço do que o país importa por mês", prosseguiu Alonzo. "Não se sabe quando as reservas se esgotarão totalmente, se amanhã ou daqui a alguns meses." "A única solução para atenuar esse problema seria uma desvalorização do câmbio oficial", afirmou o economista Luis Secco.

"Mas essa seria uma medida muito impopular para um ano eleitoral, ao mesmo tempo em que a **inflação** anual de mais de 100% já desgasta o governo", disse Secco.

Os argentinos que mantêm poupança em dólares não confiam nas políticas do governo. De acordo com os últimos dados do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), os poupadores e investidores locais tinham, em 31 de dezembro do ano passado, US\$ 261,795 milhões fora do país.

Outro analista, que pediu para não ter o nome divulgado, disse que o BCRA pode usar os SDRs - sigla em inglês para ativos de direito especial de saque para recompor a reserva líquida, caso ela chegue ao fim. Esses créditos, criados pelo FMI nos anos 60, compõem as reservas brutas do país e podem ser convertidos em dólar.

Em 2015, durante o governo de Cristina Kirchner, o BCRA lançou mão de SDRs depois de as reservas

terem operado com saldo negativo de quase US\$ 1,5 bilhão.

O FMI, que há um ano fechou um acordo com a Argentina de US\$ 44,5 bilhões, tem expressado preocupação com as medidas adotadas pelo país para manter suas reservas em dólares. Na semana passada, quando o governo de Fernández ordenou ao setor público que trocasse seus títulos de dívidas em moeda americanas por outros denominados em pesos, o FMI recomendou ao país a adoção de "políticas macroeconômicas consistentes para conter pressões cambiais e a inflação".

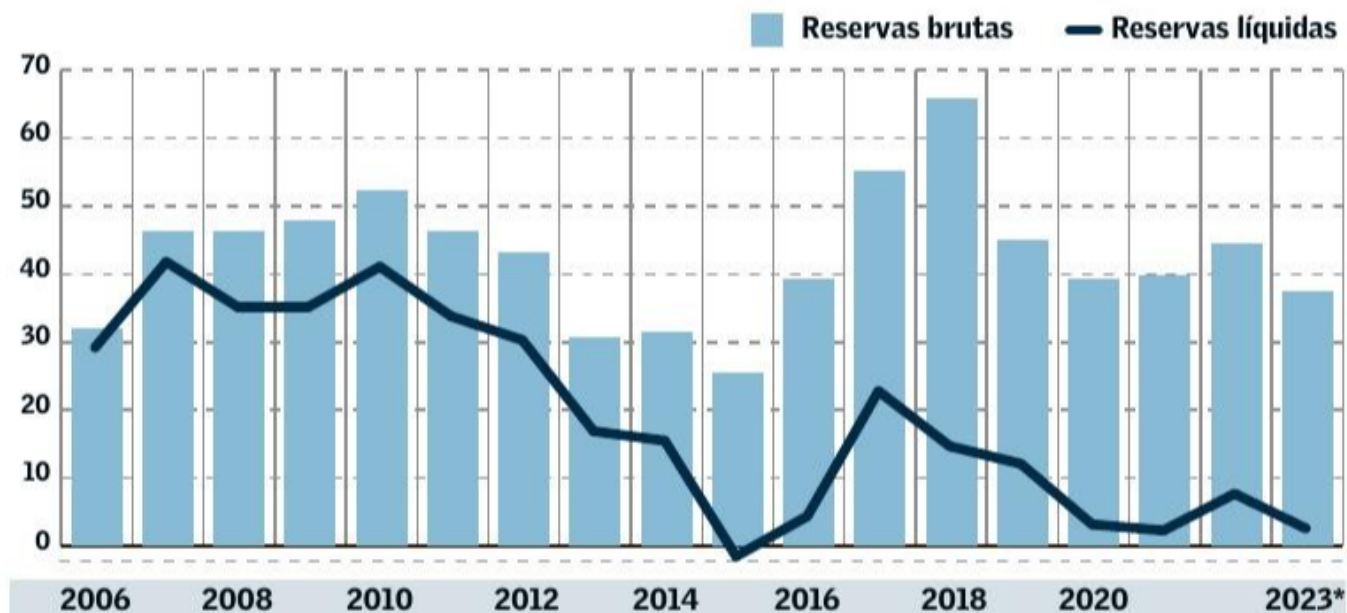
Ontem, o ministro Massa - junto com Fernández - fez uma visita a Washington, onde conversou com a vice-diretora geral do Fundo, Gita Gopinath. Ele levou à direção do FMI demandas por flexibilização da política de reservas em razão do impacto causado pela seca.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187506?page=1§ion=1>

Reservas internacionais argentinas

Em US\$ bilhões



Fonte: BCRA/Cosultoria Analytica/ONG Chequeado. *Estimativa até fevereiro